



REGULAMENTO GERAL DO I CONGRESSO DE DIREITO E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Em tempos de profundas transformações sociais, políticas e tecnológicas, o Direito é interpelado a responder a uma série de desafios que extrapolam os limites tradicionais da dogmática jurídica. A emergência de novos sujeitos de direito, a complexificação das relações sociais, a ascensão de discursos autoritários, os avanços da inteligência artificial e da tecnologia da informação, bem como a crescente judicialização das relações cotidianas, impõem ao campo jurídico a necessidade de constante atualização e abertura ao diálogo interdisciplinar. Neste cenário, o **I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas** surge como espaço de reflexão crítica, formação e compartilhamento de saberes jurídicos comprometidos com a defesa dos direitos fundamentais, da justiça social e da democracia.

Promovido pelo **Centro de Estudos Interdisciplinares (CEEINTER)**, o Congresso será realizado nos dias **25, 26, 27 e 28 de novembro de 2025**, em formato totalmente online, com o objetivo de reunir estudantes, profissionais do Direito, professores, pesquisadores e demais interessados nas temáticas jurídicas emergentes. A proposta do evento é fomentar o debate sobre os principais desafios enfrentados por advogados(as), em especial no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, à atuação ética em contextos adversos e à capacidade de lidar com demandas jurídicas cada vez mais complexas e interdisciplinares.

Partindo do pressuposto de que o Direito não pode ser compreendido de forma isolada, o Congresso propõe uma abordagem crítica e transversal das principais temáticas contemporâneas da seara jurídica, promovendo a interlocução entre os campos do Direito Constitucional, Penal, Civil, Trabalhista, Administrativo, Ambiental e Internacional, bem como das áreas da Filosofia, Sociologia, Economia, Ciência Política e Tecnologia. Serão acolhidos trabalhos e discussões que abordem temas como: justiça de transição, direitos das minorias, criminologia crítica, litigância estratégica, racismo estrutural, violência de gênero, ativismo judicial, precarização do trabalho, desafios da advocacia pública e privada, entre outros tópicos que traduzem as urgências do tempo



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

presente.

Com conferências, mesas temáticas, grupos de trabalho, minicursos e espaços para lançamento de livros, o evento pretende também colaborar na construção de uma advocacia crítica, propositiva e alinhada aos princípios constitucionais, reforçando o papel do operador do Direito como agente transformador da realidade social.

O **I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas** é, portanto, um convite à problematização do Direito a partir de suas contradições internas, de suas omissões e de suas potências instituintes. Ao privilegiar a formação de novos profissionais comprometidos com a ética, os direitos humanos e a justiça, o evento busca contribuir com o fortalecimento do campo jurídico como instrumento de emancipação social e enfrentamento das desigualdades.

DAS INSCRIÇÕES

MODALIDADE	1º LOTE ATÉ 15/08/2025	2º LOTE DE 16/08/2025 ATÉ 30/09/2025	3º LOTE DE 01/10/2025 ATÉ 31/10/2025	4º LOTE DE 01/11/2025 ATÉ 24/11/2025
OUVINTE SEM APRESENTAÇÃO DE TRABALHO	R\$80,00	R\$100,00	R\$120,00	R\$150,00
ALUNOS/AS DE GRADUAÇÃO COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHO	R\$60,00	R\$80,00	R\$100,00	R\$120,00
ESPECIALISTAS COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHO	R\$100,00	R\$120,00	R\$140,00	R\$160,00
ALUNOS/AS DE PÓS GRADUAÇÃO NÍVEL MESTRADO OU MESTRES COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHO	R\$100,00	R\$120,00	R\$145,00	R\$160,00



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

ALUNOS/AS DE PÓS GRADUAÇÃO NÍVEL DOUTORADO COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHO	R\$150,00	R\$170,00	R\$185,00	R\$200,00
DOUTORES COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHO	R\$175,00	R\$200,00	R\$225,00	R\$250,00

ORIENTAÇÕES GERAIS

O **I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas** é um evento totalmente online realizado pelo **Centro de Estudos Interdisciplinares (CEEINTER)**. Todas as etapas constantes neste regulamento devem ser observadas a fim de não ocorrer divergências de compreensão.

PARTICIPAÇÃO NA MODALIDADE OUVINTE

Todas as pessoas inscritas no *I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas* terão acesso à modalidade de participação como **ouvinte**, com direito à emissão de certificado correspondente, desde que comprovada a frequência mínima de **75% (setenta e cinco por cento)** nas atividades do evento.

Na condição de ouvinte, o(a) participante poderá:

- Assistir às palestras e mesas-redondas;
- Participar dos minicursos ofertados;
- Acompanhar as apresentações de trabalhos.

O certificado de participação como ouvinte será disponibilizado somente àqueles(as) que



cumprirem integralmente a exigência de frequência estabelecida neste regulamento.

SUBMISSÕES DE TRABALHO

Serão aceitos trabalhos nas modalidades resumo simples, resumo expandido, artigo e relatos de experiência.

Os trabalhos podem ser submetidos em português e espanhol.

Os trabalhos deverão ser submetidos de acordo com o *template* disponibilizado no site do evento. Trabalhos submetidos fora do *template* não serão encaminhados para avaliação do Comitê Científico.

Cada autor/a poderá submeter no máximo 02 (dois) trabalhos, sendo 01 (um) como autor/a e outro como co-autor/a. Essa regra não se aplica a professores/as orientadores/as. Os/As orientadores/as que tiverem mais de dois trabalhos deverão autorizar que seus/suas orientandos/as realizem a submissão no sistema sem vínculo inicial. Em seguida, o/a orientador/a deverá encaminhar um e-mail à Comissão Organizadora solicitando a vinculação dos respectivos trabalhos no sistema.

Todos/as os/as autores/as e coautores/as devem estar com a inscrição paga ou, ao menos, pendente para a submissão do trabalho.

Os trabalhos devem ser submetidos em formato word. É responsabilidade do/a participante verificar o conteúdo do arquivo antes da submissão.

Após a submissão, não será possível fazer nenhuma alteração no trabalho.

Serão automaticamente excluídos trabalhos que: Contenham mais páginas do que o número máximo permitido em cada modalidade conforme orientações deste regulamento; Não estejam em conformidade com o template do evento; Contenham plágio.

Dúvidas quanto à submissão de trabalhos deverão ser encaminhadas exclusivamente para a comissão científica do evento através do e-mail: codacceeinter@gmail.com



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

1. **Resumo Simples:** Entre 300 e 500 palavras, contendo introdução, metodologia, resultados, discussão e considerações finais. As palavras-chave e referências não são contabilizadas no limite de palavras, até 05 autores/as.
2. **Resumo Expandido:** De 4 a 6 páginas, incluindo resumo inicial, palavras-chave, introdução, metodologia, resultados, discussão, considerações finais e referências, até 05 autores/as.
3. **Relato de Experiência:** De 06 a 12 páginas, estruturado com os itens: resumo, palavras-chave, introdução, metodologia, desenvolvimento, resultados, discussão, considerações finais e referências, até 07 autores/as.
4. **Artigo Científico:** De 12 a 20 páginas, estruturado com os itens: resumo, palavras-chave, introdução, metodologia, desenvolvimento, resultados, discussão, considerações finais e referências, até 04 autores/as.

DOS GRUPOS DE TRABALHOS

GT - DESAPARECIMENTO DE PESSOAS: DESAFIOS JURÍDICOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS EM PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA

Coordenação: Dr. Rogério Gesta Leal e Esp. Ana Lara Cândido Becker de Carvalho

Resumo: O desaparecimento de pessoas constitui um dos mais graves problemas contemporâneos de direitos humanos e segurança pública, afetando milhares de famílias brasileiras e desafiando o Estado na formulação de respostas efetivas. A ausência de políticas integradas, a fragmentação institucional e as falhas no sistema de justiça evidenciam a dificuldade em garantir o direito fundamental à vida, à dignidade e ao acesso à justiça. Além disso, trata-se de fenômeno marcado



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

por recortes de gênero, raça e classe, em que o protagonismo de familiares, especialmente de mães, tem sido central na reivindicação de políticas públicas.

O Grupo de Trabalho propõe reunir pesquisas interdisciplinares que abordem o desaparecimento de pessoas sob a perspectiva jurídica, política e social, privilegiando reflexões críticas sobre marcos normativos, políticas públicas, tecnologias de busca, criminologia crítica e práticas de gestão no sistema de justiça.

O objetivo é fomentar um espaço de debate científico que possibilite compreender os limites e as potencialidades do Direito na construção de respostas institucionais, ao mesmo tempo em que se valoriza a atuação da sociedade civil. A relevância do GT reside em contribuir para a difusão de saberes transformadores, na articulação entre pesquisadores, profissionais do Direito e movimentos sociais, buscando fortalecer a efetividade de direitos e a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas.

GT - DIREITO EDUCACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DAS DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Coordenação: Dr. José Flávio da Paz, Dra. Eva da Silva Alves e Dr. Rogers Rocha

Resumo: A educação brasileira, enquanto direito fundamental garantido pela Constituição de 1988, tem sido marcada por esforços contínuos para superar as desigualdades e promover a inclusão de diferentes segmentos sociais no sistema educacional. No entanto, a implementação de políticas públicas que garantam a inclusão plena de pessoas com deficiência, de minorias étnicas, de gênero e das diversas identidades socioculturais ainda enfrenta desafios significativos. Este Grupo de Trabalho (GT) busca reunir comunicações orais que discutam o impacto das políticas educacionais na inclusão das diferenças no Brasil, examinando os avanços e as lacunas nas



práticas educacionais. O principal objetivo discutir o impacto das políticas públicas de inclusão educacional no Brasil, analisando os aspectos jurídicos e pedagógicos que sustentam essas políticas. A proposta é oferecer um espaço de reflexão para pesquisadores, educadores e profissionais da área do Direito sobre a inclusão de minorias, abordando questões relacionadas ao direito à educação para pessoas com deficiência, ao respeito às diversidades étnicas e culturais e à promoção da igualdade de gênero. Concernente ao referencial teórico, será fundamentado nos estudos do direito educacional e das políticas públicas de inclusão, com ênfase em autores como Mantoan (2013), Sasaki (2014), e Pereira (2020), que discutem as políticas inclusivas e os direitos das pessoas com deficiência. Além disso, será considerado os resultados das pesquisas de autores como Pereira (2020), Pinto (2021), Silva (2019), Alves (2024), Martins (2023) e Santos (2005), que abordam as relações de poder e desigualdade na educação, e Bourdieu (1996), cujas ideias sobre capital cultural e social são cruciais para compreender as barreiras que ainda existem no acesso à educação. Espera-se que as discussões promovam uma análise crítica das políticas públicas brasileiras voltadas para a inclusão, identificando seus avanços e as principais falhas que ainda necessitam de intervenção. A partir da reunião das comunicações orais, será possível propor novas abordagens para a implementação de políticas educacionais que atendam efetivamente à diversidade da sociedade brasileira, promovendo uma educação mais justa e acessível. As discussões também poderão fornecer subsídios para a revisão das legislações existentes, com vistas a fortalecer os direitos de inclusão no contexto educacional.

GT - DIREITO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Coordenação: Dra. Aline Rodrigues Alves Rocha, Dra. Gislaine Buraki de Andrade e Me. Luan Balieiro Tarlau

Resumo: O presente grupo de trabalho tem como temática central abordar as políticas públicas para educação e surge como resultante de estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisa em



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

Educação Básica e Superior, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Partindo do pressuposto de que a educação é um direito fundamental, o objetivo do grupo de trabalho é agrupar pesquisas que abordem e sejam voltadas para essa temática e temas correlatos. Entendemos que discutir a educação enquanto direito fundamental, em especial a educação no âmbito da escola pública, permite que consolidemos a perspectiva da mesma enquanto bem público. Além disso, esperamos que tais discussões possam promover o fortalecimento de políticas públicas que garantem o direito à educação, o fortalecimento do estado democrático de direito, construção de conhecimento científico e, conseqüentemente, o monitoramento e avaliação de políticas que fomentem a igualdade, equidade e justiça social.

GT – DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

Coordenação: Dra. Lisianne Sabedra Ceolin

Resumo: Este Grupo de Trabalho propõe reunir pesquisas e reflexões interdisciplinares que abordem os desafios jurídicos, sociais, políticos e éticos relacionados às mudanças climáticas. A crise climática representa uma das principais urgências do nosso tempo, exigindo respostas que ultrapassem fronteiras disciplinares e promovam ações integradas entre direito, ciência, economia, gestão ambiental, educação e movimentos sociais.

O GT acolhe trabalhos que analisem:

- a efetividade das legislações ambientais no enfrentamento das mudanças climáticas;
- a justiça climática e os direitos dos povos originários e comunidades tradicionais;
- os direitos humanos e a vulnerabilidade socioambiental;
- as responsabilidades dos Estados e empresas frente à emergência climática;
- as políticas públicas e instrumentos jurídicos de mitigação e adaptação;



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

- o papel das instituições jurídicas internacionais e do direito comparado;
- as contribuições das epistemologias do Sul, dos saberes populares e das lutas ambientais no campo jurídico.

Busca-se promover um espaço de diálogo crítico e propositivo entre pesquisadoras(es), profissionais, estudantes e ativistas, incentivando abordagens inovadoras e transformadoras frente à crise ecológica global.

GT - DIREITOS FUNDAMENTAIS, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

Coordenação: Dra. Sandra Catharinne Pantaleão Resende, Ma. Helen Rose Carlos Rodrigues Guimarães e Me. Paulo Afonso dos Santos Tavares

Resumo: O Grupo de Trabalho Direitos Fundamentais, Democracia e Direitos Humanos aceita trabalhos e pesquisas que investiguem, de forma crítica e interdisciplinar, a relação entre a efetividade dos direitos fundamentais e a consolidação de um Estado Democrático de Direito comprometido com a dignidade da pessoa humana. Nessa perspectiva, destacam-se as conexões entre proteção jurídica, igualdade material e fortalecimento das instituições democráticas, à luz dos tratados internacionais e da Constituição Federal de 1988. A justificativa apoia-se na necessidade de compreender como os direitos fundamentais, concebidos como limites ao poder estatal e garantias universais, dialogam com as exigências contemporâneas de uma sociedade plural, marcada por desafios como intolerância, desigualdade e fragilização de direitos já consolidados. Assim, busca-se contribuir para o debate sobre mecanismos de proteção e promoção dos direitos humanos, prevenindo retrocessos e incentivando políticas inclusivas. O objetivo principal é oferecer um espaço acadêmico para a análise teórica e prática desses direitos, estimulando a troca de experiências entre pesquisadores, juristas e representantes da sociedade civil. Entre os objetivos específicos, incluem-se o debate sobre a interdependência e a indivisibilidade dos direitos, a identificação de barreiras à sua efetividade e a proposição de



soluções normativas e institucionais. A relevância do GT consiste em articular reflexões jurídicas e sociais voltadas à defesa dos direitos fundamentais como condição para a concretização de uma democracia substancial, reafirmando o papel do Direito na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

GT - DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO: PERSPECTIVAS JURÍDICAS SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Coordenação: Dr. Walmir Fernandes Pereira, Dra. Tatiana dos Santos e Dr. Julio Cesar de Souza

Resumo: O grupo de trabalho tem como objetivos analisar, discutir e propor alternativas para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, considerando os avanços e desafios presentes na legislação e nas políticas públicas. Pretende-se examinar o arcabouço jurídico nacional e internacional relativo à proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, identificar desafios na implementação das normas e políticas públicas voltadas à inclusão, propor recomendações para aprimoramento legislativo, administrativo e judicial, além de promover o intercâmbio de experiências entre pesquisadores, operadores do direito, gestores públicos e representantes da sociedade civil. As principais referências legislativas que fundamentam o tema incluem a Constituição Federal de 1988 (especialmente os artigos 5º, 7º, 227 e 244), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o Decreto nº 6.949/2009 (Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU), a Lei nº 10.098/2000 (normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade), a Lei nº 10.048/2000 (prioridade de atendimento), a Lei nº 8.213/1991 (Lei de Cotas – art. 93) e o Decreto nº 5.296/2004 (regulamentação das leis de acessibilidade). O grupo de trabalho, ao se apoiar nesse robusto embasamento legislativo e na interlocução interdisciplinar, busca fortalecer a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática, promovendo debates qualificados e a proposição de soluções efetivas para a



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

GT - DIREITOS HUMANOS, SEGURANÇA ALIMENTAR E JUSTIÇA SOCIAL: ENTRE VIOLAÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATRAVESSAMENTOS POR GÊNERO, RAÇA, CLASSE, TERRITÓRIO E GERAÇÃO

Coordenação: Dra. Bárbara Oliveira de Moraes, Ma. Ellen Bilheiro Bragança Wittmann e Ma. Rayannie Mendes de Oliveira

Resumo: O GT busca reunir e dialogar com pesquisas que problematizem a relação entre direitos humanos e (in)segurança alimentar em suas múltiplas dimensões, levando em conta os atravessamentos de gênero, raça, classe, território e geração.

Pretende-se acolher trabalhos que discutam tanto as violações ao direito humano à alimentação adequada quanto as iniciativas, políticas públicas e experiências comunitárias que buscam garanti-lo, com atenção aos marcos normativos nacionais e internacionais e aos desafios contemporâneos impostos pela crise climática, pela pandemia, pelo avanço do neoliberalismo e de sua política de morte, bem como pelos sucessivos ataques aos direitos de grupos historicamente marginalizados, que resultam na ampliação das desigualdades sociais e econômicas.

O espaço se propõe a receber análises de caráter teórico, empírico ou comparativo, com enfoque interdisciplinar, a fim de estimular o diálogo entre pesquisadoras(es) de diferentes áreas. Assim, busca-se articular contribuições do Direito, Ciências Sociais, Saúde, Educação, Geografia, Serviço Social, Ciência Política, Relações Internacionais, Administração Pública e áreas afins, fortalecendo a reflexão crítica sobre a efetividade de direitos e a construção de alternativas emancipatórias.

GT - “E AQUI DENTRO NÃO TEM CHORO, A LEI É NUA E CRUA”: SISTEMA



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

PRISIONAL BRASILEIRO

Coordenação: Dra. Ana Paula da Silva Sotero, Dra. Luciana Santos Silva e Me. Dejesus de Souza Silva

Resumo: “E aqui dentro não tem choro, a lei é nua e crua” é uma frase do MC Kautry em sua música “Privado da Liberdade” em que ele apresenta um recorte da sua vivência no sistema prisional brasileiro. A “lei nua e crua” pode ser representada pelas violações das normas nacionais e internacionais que incidem sobre a vida no cárcere, como também por dinâmicas de socialização e regras criadas pelas pessoas reclusas para suportar e sobreviver ao insuportável. Assim, este Grupo de Trabalho tem por objetivo dialogar com as diversas vertentes de pesquisas sobre o sistema prisional. Entre a promessa não cumprida de ressocialização e a terceira maior população carcerária do mundo há um vasto campo de estudo que precisa ser revelado sob um olhar crítico. Temas como mulheres privadas de liberdade, privatização no sistema prisional, expansão das APACs, policialização e militarização das prisões, seletividade penal, prisionização, racismo, violações e tentativas de efetivação de direitos, superlotação, trabalho na prisão, penas alternativas, dentre outros, justificam a existência e a relevância do debate e troca de experiências entre pesquisadores/as promovido a partir deste Grupo de Trabalho. Assim, serão recepcionados trabalhos de pesquisa concluída ou em curso, relatos de experiências e de atividades de extensão que tenham como campo de estudo o sistema prisional.

GT - GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO REALMENTE INCLUSIVO

Coordenação: Esp. Luiz Henrique do Nascimento Moura e Esp. Êmerson Rodrigues de Souza

Resumo: Este Grupo de Trabalho tem como objetivo reunir pesquisas e reflexões críticas sobre



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

gênero, sexualidade e direitos humanos no contexto jurídico contemporâneo. A proposta busca fomentar debates interdisciplinares que problematizem as desigualdades estruturais que atingem mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outras minorias sexuais e de gênero, considerando os desafios para a efetivação da igualdade material e da dignidade humana. O GT pretende dialogar sobre temas como discriminação, violência de gênero, parentalidade e diversidade familiar, direitos sexuais e reprodutivos, políticas públicas de inclusão, jurisprudência nacional e internacional, além da atuação dos movimentos sociais na promoção de direitos. Busca-se criar um espaço plural e democrático para o compartilhamento de experiências, resultados de pesquisas e práticas jurídicas transformadoras, contribuindo para a construção de um Direito comprometido com a diversidade, a justiça social e os direitos fundamentais.

GT - INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E CONSTITUCIONAIS E OS DESAFIOS DEMOCRÁTICOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Coordenação: Dra. Gillian Santana Mendes Lira, Ma. Bárbara Santos Rocha e Me. Alysson Fernando Paiva Chaves

Resumo: Este Grupo de Trabalho tem como objetivo reunir investigações que examinem interseções entre a atuação das instituições republicanas brasileiras, direitos humanos e os desafios à consolidação democrática. Em um cenário marcado pela intensificação de conflitos institucionais, pela crescente desinformação e pela desigualdade social, busca-se compreender como essas dinâmicas impactam a garantia de direitos humanos e a forma como são percebidos, debatidos e colocados na pauta do dia pelas instituições republicanas. O objetivo é fomentar diálogos interdisciplinares entre teoria e filosofia jurídica, sociologia jurídica, constitucionalismo e direitos humanos. Interessam tanto pesquisas histórico-sociológicas e jusfilosóficas quanto discussões exploratórias e programáticas, com análises, críticas e propostas de soluções alternativas para os problemas investigados. Haverá particular interesse por pesquisas que



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

envolvam: constitucionalismo crítico, separação dos poderes, justiça de transição, relações raciais, inovações tecnológicas, violação de direitos humanos, acesso à justiça, igualdade de gênero, dentre outros.

GT - JUSTIÇA E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL: PRÁTICAS, DESAFIOS E REFLEXÕES SOBRE A INTERAÇÃO INSTITUCIONAL DE SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS EM ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS

Coordenação: Dra. Marcela do Nascimento Padilha, Me. Manuel Flavio Saiol Pacheco e Esp. Vinícius de Mattos Oliveira

Resumo: O presente Grupo de Trabalho tem como objetivo reunir reflexões críticas, estudos empíricos e relatos de experiência que explorem as múltiplas dimensões da interação institucional entre servidores públicos e agentes políticos em órgãos e entidades públicas, municipais e estaduais. Serão acolhidos trabalhos que abordem tanto o atendimento direto ao cidadão quanto os procedimentos de decisão, julgamento, mediação e fiscalização realizados no cotidiano institucional, em diferentes áreas do Direito e da Administração Pública.

Partindo de temas como justiça tributária, mediação de conflitos, burocracia de nível de rua, cultura do “jeitinho”, epistemologia da falseabilidade e humanização do atendimento, o GT amplia o debate para incluir o papel do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensorias, setores administrativos e órgãos de controle e fiscalização. Busca-se promover uma análise interdisciplinar e plural sobre os desafios éticos, técnicos, sociais e políticos que envolvem as práticas institucionais — inclusive as tensões entre rigor legal, flexibilidade administrativa, influência da opinião pública, inovação, participação social e produção de confiança no Estado.

A proposta estimula o envio de artigos teóricos, análises de casos, etnografias institucionais e relatos de projetos inovadores que investiguem desde práticas excludentes ou reprodutoras de



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

desigualdade até experiências humanizadoras e de inclusão, privilegiando abordagens do Direito, Sociologia, Antropologia, Psicologia e áreas afins. O GT visa, assim, contribuir para o avanço crítico e reflexivo sobre o serviço público e suas práticas institucionais, fortalecendo o compromisso com o acesso à justiça, a cidadania e a gestão democrática.

GT - POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E POVOS ORIGINÁRIOS: POR UMA PRÁTICA HUMANIZADORA EM MÚLTIPLOS ESPAÇOS FORMATIVOS

Coordenação: Dra. Bárbara Oliveira de Moraes, Ma. Rayannie Mendes de Oliveira e Ma. Ellen Bilheiro Bragança Wittmann

Resumo: O GT tem como finalidade dialogar sobre pesquisas que problematizem a relação entre Direitos Humanos, Políticas Públicas e a efetividade do direito à Educação (em todos os níveis e modalidades, em espaços formais e não formais) voltada para Comunidades Tradicionais e Povos Originários. Objetiva-se destacar práticas humanizadoras em múltiplos territórios. Busca-se reunir trabalhos completos e em andamento, com foco na diversidade de experiências, desafios e estratégias de resistências, produzidos em diversas áreas do conhecimento. Visa-se valorizar a diversidade cultural e étnica do Brasil, combater estereótipos, desinformação e fake news, além de promover o conhecimento, o reconhecimento e o respeito por seus territórios, modos de viver, culturas e histórias. Assume-se a contribuição dos povos originários e das comunidades tradicionais para a formação do país e a urgência em proteger seus direitos, saberes tradicionais, ancestrais e originários, que se relacionam com a terra, floresta, seres humanos e não humanos, constituindo-se assim verdadeiro patrimônio vivo. Nesse sentido, é necessário debater criticamente como as políticas públicas podem (ou não) assegurar a efetividade de direitos, evidenciando os limites entre a previsão legal e a prática concreta, as desigualdades de acesso e a importância do protagonismo das próprias comunidades e povos na formulação, monitoramento e



avaliação dessas políticas. As propostas submetidas enriquecerão este diálogo interdisciplinar!

GT - SUS, ECONOMIA DA SAÚDE E DIREITO: DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE, ACESSO E EQUIDADE

Coordenação: Dra. Lyane Ramalho Cortez, Ma. Stefane Cristina Paixão Oliveira e Esp. Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti

Resumo: O Grupo de Trabalho “SUS, ECONOMIA DA SAÚDE E DIREITO: Desafios da sustentabilidade, acesso e equidade” propõe discutir o papel da Economia da Saúde diante das restrições orçamentárias, do aumento da demanda e das desigualdades persistentes no Brasil. Com recursos limitados e uma população envelhecida, é essencial adotar estratégias eficientes e equitativas de alocação de recursos, baseadas em evidências. A Economia da Saúde oferece ferramentas para analisar custos, efetividade e impactos das políticas públicas, orientando decisões que priorizem benefícios sociais, reduzam desperdícios e garantam o uso racional dos recursos.

O GT busca refletir também sobre mecanismos legais que assegurem acesso equitativo aos serviços e sustentem o SUS, considerando temas como judicialização, regulação de tecnologias, contratos, parcerias público-privadas e controle de gastos. Seu objetivo é promover um debate interdisciplinar entre Direito, Saúde e Economia, estimulando propostas inovadoras que consolidem a saúde como direito fundamental e motor do desenvolvimento social.

Serão recebidos trabalhos acadêmicos, técnicos e empíricos de diferentes áreas, desde que dialoguem com governança, equidade, acesso, eficiência e justiça social. A integração entre Direito, Economia e Saúde é vista como essencial para fortalecer políticas públicas que tornem o sistema de saúde brasileiro mais justo, eficiente e sustentável.



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

GT- TECNOLOGIAS E PODER PUNITIVO: ALGORITMOS, CIBERCRIMINOLOGIA E DESAFIOS CRÍTICOS AO CONTROLE PENAL

Coordenação: Me. Pedro Henrique do Prado Haram Colucci

Resumo: Este Grupo de Trabalho tem como objetivo reunir pesquisas que investiguem as interseções entre criminologia crítica, tecnologias digitais e sistema penal no contexto contemporâneo. A crescente adoção de algoritmos, inteligência artificial e ferramentas de vigilância no campo da justiça criminal e da segurança pública tem gerado impactos significativos sobre práticas de controle social, proteção de dados pessoais e garantias fundamentais. Além disso, o avanço dos crimes cibernéticos e das respostas jurídicas voltadas a esse fenômeno exige uma análise interdisciplinar que considere tanto os limites quanto as potencialidades dessas inovações tecnológicas. O GT se propõe a fomentar um espaço de reflexão crítica sobre como as tecnologias reconfiguram o poder punitivo e reforçam seletividades históricas, ao mesmo tempo em que abrem debates sobre regulação democrática, governança digital e novas fronteiras da criminologia. Sua relevância reside em promover um diálogo plural que articule teoria e prática, permitindo compreender os tensionamentos atuais e apontar caminhos para uma justiça penal mais consciente, inclusiva e comprometida com a proteção dos direitos fundamentais.

GT - TRABALHO, GÊNERO, RAÇA E DIREITOS SOCIAIS NO SÉCULO XXI

Coordenação: Dra. Nivia Valença Barros e Ma. Vânia Quintão

Resumo: A estruturação do capitalismo no Brasil foi indissociável da longa duração da colonização e da escravização. A matriz colonial portuguesa estabeleceu hierarquias de raça, classe e gênero, que seguem não sendo superadas, mas reconfiguradas, funcionalmente, ao longo



dos processos de modernização, industrialização e urbanização. Assim, a relação dialética entre o “arcaico” e o “moderno” formam a engrenagem do capitalismo dependente brasileiro e a produção do espaço urbano-industrial nacional, demonstrando como as contradições sociais se materializam no território e influenciam a conformação do trabalho no Brasil, e as tensões e desigualdades estruturais na formação sócio-histórica brasileira, com progressivo e contundente desmonte dos direitos sociais, que vão reconfigurando o trabalho no Brasil.

Propomos reunir trabalhos que atuem na investigação que favoreçam uma compreensão de como o capitalismo se constituiu no Brasil e se expande sobre uma base colonial-escravista, racializada e excludente, que, de forma funcional à sua dinâmica de acumulação, norteou e norteia a conformação do trabalho na realidade brasileira, através de teorias críticas, que privilegiem um olhar interseccional e decolonial, que denunciem as estruturas de poder que, ao longo do tempo, oprimiram, e ainda oprimem, a população negra e as mulheres, sujeitos de extremo protagonismo e relevância da construção da riqueza deste país. São essas estruturas de poder que garantem a manutenção das desigualdades estruturais, produzidas e reproduzidas pela sociabilidade capitalista.

GT - DIREITO E TEMAS TRANSVERSAIS: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Coordenação: Ma. Aline Rodrigues Maronez

Resumo: O Direito, em constante diálogo com outros campos do conhecimento, é atravessado por questões sociais, culturais, tecnológicas, ambientais e políticas que não se limitam a um único eixo temático. A crescente complexidade da sociedade contemporânea exige espaços acadêmicos que acolham reflexões jurídicas interdisciplinares, plurais e inovadoras, capazes de analisar problemas emergentes e propor soluções transformadoras.



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

Este Grupo de Trabalho se propõe a reunir pesquisas que tratem de **temas transversais**, isto é, discussões que dialoguem com o Direito, mas que não se enquadrem integralmente nos demais GTs temáticos já estruturados. Assim, busca contemplar abordagens que perpassam diferentes áreas, como:

- Direito e tecnologia (proteção de dados, inteligência artificial, regulação digital);
- Direito e saúde (bioética, biotecnologia, judicialização da saúde);
- Direito e cultura (liberdade de expressão, patrimônio cultural, indústrias criativas);
- Direito e migrações (refúgio, mobilidade humana, apatridia);
- Direito e comunicação (fake news, desinformação, regulação da mídia);
- Direito comparado e internacional (desafios globais e perspectivas críticas).

O objetivo do GT é **abrir um espaço de interlocução interdisciplinar e transversal**, valorizando pesquisas que tragam novas problematizações e enfoques não abarcados pelos demais grupos. Sua relevância reside na promoção de um debate crítico e criativo, que reconheça a multiplicidade de atravessamentos do Direito e contribua para a formulação de agendas de pesquisa sensíveis às demandas contemporâneas da sociedade.

-
- Os dias e horários das apresentações serão definidos pela organização do evento e ocorrerão entre 25 e 28 de novembro.
 - Cada GT terá período de duração de 4 horas, recomenda-se o ingresso com antecedência máxima de 10 minutos do horário de abertura do GT.
 - Será limitado o número de trabalhos por GT, caso exceda esse quantitativo fica a critério do/a coordenador/a do GT abrir nova seção para as apresentações.
 - O funcionamento do GT se dará da seguinte forma: a dinâmica de funcionamento do GT será definida pela coordenação.



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

- A ordem das apresentações será definida pela coordenação do respectivo GT no dia da atividade. Por esse motivo, é indispensável que todas as pessoas participantes estejam atentas ao horário de início do GT.
- As relações de trabalhos aceitos por GT serão lançadas conforme o cronograma estabelecido por esse edital.
- Cada GT terá listas de presença que serão disponibilizadas ao final das apresentações.

QUESTÕES ÉTICAS

Os trabalhos devem observar todas as normas éticas vigentes. Para pesquisas com seres humanos, é obrigatório o cumprimento das diretrizes da Resolução nº 466/2012 e da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. As publicações devem assegurar a dignidade e os direitos dos participantes da pesquisa. Fotografias que incluam pessoas devem ser acompanhadas de autorização formal, enquanto imagens de crianças ou adolescentes devem respeitar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ilustrações já publicadas devem conter título, fonte e crédito adequados.

AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos serão avaliados pelo Comitê Científico, considerando os seguintes critérios:

- Relevância e originalidade.
- Fundamentação teórica metodológica.
- Clareza e objetividade.
- Adequação às normas e à temática do evento.

DAS APRESENTAÇÕES

As apresentações de trabalhos aprovados acontecerão de forma remota e síncrona em



I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas

25 a 28 de novembro de 2025 | 100% online | informações doity.com.br

salas virtuais do Google Meet em dia e horário já definidos conforme previsto na programação, disponível no site. A apresentação poderá ser realizada por qualquer um dos/as autores/as ou co-autores/as do trabalho. O/A apresentador/a do trabalho deve permanecer até o final do Grupo de Trabalho, podendo ocorrer a perda da certificação caso saia antes do término.

A ordem das apresentações será definida pela coordenação do respectivo GT no dia da atividade. Por esse motivo, é indispensável que todas as pessoas participantes estejam atentas ao horário de início do GT.

DOS PAGAMENTOS

Todos/as os/as autores/as e co-autores/as devem estar inscritos/as no evento e efetuar o pagamento da taxa de inscrição. O pagamento poderá ser realizado após aprovação do trabalho, no entanto é necessário todos/as os/as autores/as estarem inscritos no evento no ato da submissão. Aqueles/as cujos trabalhos enviados não forem aprovados para apresentação não terão direito à restituição do valor pago pela inscrição. Aqueles/as cujos trabalhos enviados não forem aprovados poderão frequentar todas as sessões do evento e receberão certificado de participação correspondente à modalidade “ouvinte”, desde que possuam frequência mínima de 75% nas atividades do seminário

PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos aprovados serão publicados conforme a modalidade de submissão.

- Os resumos simples serão organizados e divulgados nos Cadernos de Resumos do evento.
- Os resumos expandidos, relatos de experiência e artigos completos serão publicados na Revista de Direito e Abordagens Contemporâneas, periódico que será lançado a partir deste Congresso.



CERTIFICAÇÕES

Só receberão os certificados do evento os/as participantes que estejam com sua inscrição completa e processada, bem como sua frequência mínima de participação no evento em 75% das atividades propostas.

Os certificados serão emitidos em até 30 dias após o evento.

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DO EVENTO	
16 de setembro de 2025	Início das submissões de trabalhos e divulgação dos templates
20 de outubro de 2025	Encerramento das submissões de trabalhos
10 de novembro de 2025	Divulgação dos trabalhos aprovados
25, 26, 27 e 28 de novembro de 2025	I Congresso de Direito e Abordagens Contemporâneas
Até 31 de dezembro de 2025	Emissão dos certificados do evento.
Até janeiro de 2026	Publicação dos trabalhos do evento na revista.
Até fevereiro de 2026	Publicação dos trabalhos do e-book de resumos simples.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos, os participantes devem entrar em contato por meio do e-mail: codacceinter@gmail.com ou através do whatsapp (48) 98857-7231.

A Comissão Organizadora reserva-se o direito de alterar datas e prazos descritos neste edital, comunicando previamente os participantes por meio dos canais oficiais do evento.



Quaisquer imprevistos ou situações não previstas neste edital serão analisados e decididos pela Comissão Organizadora, cuja decisão será soberana.

Ao submeter a inscrição, os participantes concordam com os termos e condições estipulados neste edital.

Florianópolis, 16 de setembro de 2025.

Profa. Ma. Aline Rodrigues Maroneze
Presidente da Comissão Organizadora